Banco Original

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL

www.bancooriginal.com.br

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2012

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conglomerado vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a Matone Participações S.A., a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários a realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta.

Com a venda da rede de lojas Bem-vindo ao Banrisul, o Conglomerado Original deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados e se prepara para direcionar seus esforços para as demais carteiras comerciais, de crédito, de financiamentos e de investimentos, de câmbio e de crédito rural.

O Conglomerado tem como principal mercado de atuação o setor agropecuário nacional, oferecendo produtos e serviços destinados ao crescimento sustentável do segmento, através da manutenção de uma equipe de agrônomos, zootecnistas e especialistas financeiros que atuam em conjunto a fim de estruturar soluções específicas para cada cliente.

Além disso, conta com uma mesa de operações com profissionais experientes, tomando posições proprietárias e direcionais em taxas de juros e diferencial de preços, dentro dos limites exigidos pela legislação em vigor.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Cenário Econômico

Contexto Macroeconômico

A primeira metade do ano mostrou dois momentos distintos, pois os primeiros meses viram uma série de medidas para encaminhar a crise de dívida na Grécia, como apoio financeiro dos governos e a troca da dívida com os bancos sob forte desconto. Os indicadores de crescimento global também preservavam algum momento da aceleração registrada ao final do ano passado. A passagem para o segundo trimestre mostrou que o eleitorado na Grécia dá um apoio dúbio ao forte ajuste fiscal, o que reestabeleceu o risco da Grécia sair do euro e contagiou o mercado de títulos de países como a Espanha, ao ponto de ser necessário um pedido de ajuda externa para a capitalização de alguns bancos. Os indicadores globais também registraram uma desaceleração generalizada do crescimento, tanto na Europa, como nos Estados Unidos e na Ásia. A desaceleração levou a respostas de política econômica com reduções de juros na Europa, China, outros países, além da extensão da operação Twist nos Estados Unidos.

No Brasil, a trajetória de queda da produção industrial se manteve durante todo o semestre e a quebra na safra de culturas importantes, como a soja, levou à perspectiva de crescimento do PIB deste ano a um nível muito baixo. A taxa de desemprego continuou no seu nível mínimo e os salários seguiram crescendo, mas o crescimento do consumo não foi capaz de reverter os efeitos da redução do investimento e dos estoques. O governo anunciou mais medidas de estímulo, como o incentivo a compra de veículos, mas o crescimento não se recuperou de forma significativa ao longo dos meses. A inflação anual recuou e a política monetária seguiu refletindo o cenário de menor crescimento e inflação em queda, acontecendo, inclusive, a aceleração dos cortes da taxa Selic em determinado momento. As taxas de juros de mercado recuaram com mais força, especialmente no segundo trimestre, enquanto a taxa de câmbio se desvalorizou como reflexo do juro mais baixo no Brasil, controles para a entrada de capital e do pior do ambiente internacional a partir de meados do semestre.

O preço das *commodities* agrícolas e da carne bovina mostrou trajetórias distintas. O preço da soja passou o semestre em alta, reflexo da menor safra brasileira, enquanto o preço do milho recuou pela grande safra no Brasil e não teve tempo para refletir a alta do preço internacional ao final de junho. O preço da carne bovina passou o semestre em queda, reflexo do clima mais favorável para a engorda no pasto e de exportações e consumo doméstico mais contidos.

Desempenho nos Negócios

Banco Original S.A.

Em 2012, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R$ 168.308, contra um prejuízo de R$ 106.384 apresentados no mesmo semestre de 2011, com retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 19%. O Total de Ativos atingiu R$ 3.244.791 (2011 - R$ 1.294.423) enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do período foi de R$ 1.942.423 (Capital Social - R$ 1.997.408, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R$ 15.385, Prejuízos acumulados - R$ (238.678) e Lucro Líquido - R$ 168.308).

A carteira de crédito ao término do semestre situou-se em R$ 466.794 e o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R$ 20.525, correspondente a 4,40% da carteira total, em conformidade com a resolução CMN 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do semestre R$ 3.457.654 (2011 - R$ 1.140.166), com crescimento de 203% quando comparado ao mesmo período de 2011. Este aumento está condizente com os objetivos do Banco de crescimento para sustentação de suas operações de crédito.

As receitas com operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, oriundas de transações da tesouraria, atingiram ao final do exercício R$ 360.534.

Banco Original do Agronegócio S.A.

Em 2012, o Banco apresentou prejuízo no semestre de R$ 231, contra um lucro de R$ 5.023 apresentados no mesmo período de 2011. O Total de Ativos atingiu R$ 900.883 enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R$ 102.534 (Capital Social - R$ 101.212, Reservas Patrimoniais - R$ 1.553 e Prejuízo Acumulado - R$ (231)).

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R$ 519.346, representando uma evolução de 11,3% em relação ao mesmo período de 2011. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R$ 21.462, correspondente a 4,13% da carteira total, em conformidade com a Resolução CMN 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R$ 1.046.045 (2011 - R$ 626.540), com crescimento de 67% quando comparado ao mesmo período de 2011. Este aumento está condizente com os objetivos do banco de crescimento para sustentação de suas operações de crédito.

Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, *compliance* e regulatório.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor pronunciada pelo BACEN.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2012, foram abertas 88 demandas, todas informadas à Alta Administração do Conglomerado, e constam do relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/10.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN 3.198/04, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 10 de agosto de 2012

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2012 e 2011 **(Em Milhares de Reais)**

ATIVO	30/06/2012	30/06/2011
ATIVO CIRCULANTE	**3.473.563**	**564.902**
DISPONIBILIDADES	**530**	**455**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 4)	**278.099**	**47.354**
Aplicações no Mercado Aberto	252.723	47.354
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.376	–
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	**2.512.195**	**107.391**
Carteira Própria	1.786.254	24.490
Vinculados a Operações Compromissadas	581.512	52.551
Vinculados a Prestação de Garantias	98.757	27.130
Instrumentos Financeiros Derivativos	45.672	3.220
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**1.587**	**159**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	233	9
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	194	150
Relação com Correspondentes	1.160	–
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	**538.806**	**400.880**
Adiantamento a Depositantes	1	–
Empréstimos	500.145	404.461
Financiamentos	65.660	6.445
(–) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.000)	(10.026)
OUTROS CRÉDITOS	**109.520**	**8.497**
Carteira de Câmbio (nota 8)	387	445
(–) Provisão p/Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.829)	435
Negociação e Intermediação de Valores	3.631	931
Adiantamentos e Antecipações Salariais	–	14
Impostos e Contribuições a Compensar	–	1.225
Diversos (nota 7)	108.572	5.447
OUTROS VALORES E BENS	**32.825**	**166**
Despesas Antecipadas	7.834	166
Outros Valores e Bens	40.479	–
(–) Prov. p/Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.488)	–
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**521.052**	**54.762**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**3.473**	**–**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.473	–
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	**405.346**	**54.109**
Empréstimos	400.196	55.719
Financiamentos	20.138	–
(–) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.988)	(1.610)
OUTROS CRÉDITOS	**112.233**	**653**
Diversos (nota 7)	112.233	653
PERMANENTE	**130.557**	**5.926**
INVESTIMENTOS (nota 10)	**121.243**	**805**
Participações em Controladas - no País (nota 8)	120.639	805
Títulos Patrimoniais	401	–
Outros Investimentos	203	–
IMOBILIZADO DE USO (nota 11)	**6.450**	**1.067**
Outras Imobilizações de Uso	13.825	1.546
(–) Depreciações Acumuladas	(7.375)	(479)
DIFERIDO (nota 12)	**2.864**	**4.054**
Gastos de Organização e Expansão	8.382	7.155
(–) Amortizações Acumuladas	(5.518)	(3.101)
TOTAL DO ATIVO	**4.125.172**	**625.589**

PASSIVO	30/06/2012	30/06/2011
PASSIVO CIRCULANTE	**1.635.299**	**381.261**
DEPÓSITOS (nota 13)	**324.537**	**69.364**
Depósitos a Vista	5.549	1.988
Depósitos a Prazo	268.208	67.376
Depósito Interfinanceiro	50.780	–
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**799.198**	**52.300**
Carteira Própria	799.198	52.300
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 14)	**245.449**	**242.331**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Cred. e Similares	245.449	242.331
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**399**	**14**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	399	14
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**37**	**295**
Recursos em Trânsito de Terceiros	37	293
Transferências Internas de Recursos	–	2
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	**46.210**	**4.544**
Instrumentos Financeiros Derivativos	46.210	4.544
OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 15)	**219.469**	**12.413**
Carteira de Câmbio (nota 8)	387	467
Sociais e Estatutárias	–	339
Fiscais e Previdenciárias	91.251	5.577
Provisão para Pagamentos a Efetuar	–	3.694
Negociação e Intermediação de Valores	976	66
Diversas	126.855	1.565
Tributos Diferidos	–	705
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**444.492**	**137.695**
DEPÓSITOS (nota 13)	**409.470**	**121.676**
Depósitos a Prazo	409.470	121.676
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 14)	**34.172**	**16.019**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Cred. e Similares	34.172	16.019
OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 15)	**850**	**–**
Diversas	850	–
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**423**	**519**
Receitas Antecipadas	423	519
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)	**2.044.957**	**106.114**
Capital Social	2.098.620	101.212
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.385	–
Reserva Legal	1.553	639
Reserva Estatutária	–	4.263
Prejuízo acumulado	(70.601)	–
TOTAL DO PASSIVO	**4.125.172**	**625.589**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011 **(Em Milhares de Reais)**

		Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação	Lucros ou (Prejuízos)	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Patrimonial	Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**101.212**	**219**	**2.208**	**–**	**–**	**103.639**
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	–	5.023	5.023
Destinações:						
Realização da Reserva	–	–	(2.208)	–	2.208	–
Constituição de Reserva Legal	–	420	–	–	(420)	–
Constituição de Reserva Estatutária	–	–	4.263	–	(4.263)	–
Dividendos Pagos/Provisionados	–	–	–	–	(2.548)	(2.548)
Saldos em 30 de junho de 2011	**101.212**	**639**	**4.263**	**–**	**–**	**106.114**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**2.098.620**	**1.553**	**–**	**25.640**	**(238.678)**	**1.887.135**
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	–	168.077	168.077
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	–	–	(10.255)	–	(10.255)
Saldos em 30 de junho de 2012	**2.098.620**	**1.553**	**–**	**15.385**	**(70.601)**	**2.044.957**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011 **(Em Milhares de Reais)**

	30/06/2012	30/06/2011
Receitas da Intermediação Financeira	**589.661**	**57.643**
Operações de Crédito (nota 6.3)	214.680	45.928
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	149.111	7.922
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 5)	219.780	3.793
Despesas da Intermediação Financeira	**(108.064)**	**(35.072)**
Operações de Captação no Mercado	(74.670)	(26.763)
Resultado de Operações de Câmbio	(1.207)	(223)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.097)	(8.086)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**481.597**	**22.571**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(197.634)**	**(13.165)**
Receitas de Prestação de Serviços	383	281
Despesas de Pessoal (nota 19)	(19.950)	(9.132)
Outras Despesas Administrativas (nota 18)	(151.376)	(6.296)
Despesas Tributárias (nota 20)	(24.651)	(1.495)
Resultado de Participações em Controladas	5.387	(408)
Outras Receitas Operacionais (nota 21)	39.480	3.945
Outras Despesas Operacionais (nota 21)	(46.909)	(60)
Resultado Operacional	**283.963**	**9.406**
Resultado Não Operacional	**156**	**(2)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**284.119**	**9.404**
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 9)	**(114.782)**	**(3.392)**
Imposto de Renda	(37.077)	(2.880)
Contribuição Social	(22.304)	(1.760)
Ativo Fiscal Diferido	(55.401)	1.248
Participações nos Lucros	**(1.260)**	**(989)**
Lucro Líquido do Semestre	**168.077**	**5.023**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011 **(Em Milhares de Reais)**

	30/06/2012	30/06/2011
Atividades Operacionais		
Lucro do Semestre	**168.077**	**5.023**
Ajustes ao Lucro do Semestre:	**99.556**	**7.708**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	26.097	8.086
Resultado de Participações em Controladas	(5.387)	408
Depreciações e Amortizações	1.916	852
Tributos Diferidos	55.458	(1.125)
Provisão para Passivos Contingentes	428	(380)
Outras Provisões	14.251	(199)
Resultado na Alienação de Bens Não de Uso	7.470	2
Lucro na Alienação de Participação Societária	(685)	64
Outros	8	–
Lucro Líquido Ajustado do Semestre	**267.633**	**12.731**
Variações de Ativos e Obrigações	**464**	**(2.963)**
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	161.533	–
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(359.382)	436.022
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	(1.013)	10
(Redução) em Relações Interdependências	(25)	(216)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	297.875	(440.392)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	147.537	(897)
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(10.436)	(166)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(235.653)	2.186
Aumento em Resultado de Exercícios Futuros	28	490
Caixa Líquido Gerado em Atividades Operacionais	**268.097**	**9.768**
Atividades de Investimentos		
Aumento de Capital em Controladas	(24.488)	–
Aquisição de Imobilizado de Uso	(389)	(135)
Alienação/Baixas de Imobilzado de Uso	4.753	–
Alienação de Investimentos	22.252	–
Alienação de Bens Não de Uso	6.158	–
Caixa Líquido Gerado/(Utilizado) pelas Atividades de Investimentos	**8.286**	**(135)**
Atividades de Financiamentos		
Aumento/(Redução) em Depósitos	(479.251)	74.175
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto	229.449	(77.775)
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(98.052)	33.610
Caixa Líquido Gerado/(Utilizado) pelas Atividades de Financiamentos	**(347.854)**	**30.010**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(71.471)**	**39.643**
Modificações na Posição Financeira:		
Início do Semestre	**324.724**	**8.166**
Fim do Semestre	**253.253**	**47.809**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(71.471)**	**39.643**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011 **(Em Milhares de Reais)**

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras combinadas (Consolidadas) do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de crédito, financiamento e investimento, de crédito rural e de crédito imobiliário; e do Banco Original do Agronegócio S.A. (atual denominação do Banco JBS S.A.), que opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito, de financiamento e de investimento e de câmbio, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE CONSOLIDAÇÃO: Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pela Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 30 de junho de 2012 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro, os mesmos são controlados pela J&F Participações Financeiras Ltda. As demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2011 abrangem apenas o Banco Original do Agronegócio S.A., visto a transferência de controle societário do Banco Matone S.A. para a J&F Participações Financeiras Ltda. foi homologada pelo BACEN em 18 de agosto de 2011. Nos procedimentos de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta consolidação. Para efeito de consolidação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foi considerado o resultado do primeiro semestre de 2012 do Conglomerado, e do primeiro semestre de 2011 do Banco Original do Agronegócio S.A.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por moeda nacional e por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Composição	30/06/2012	30/06/2011
Disponibilidades em moeda nacional	530	455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.723	47.354
Total	**253.253**	**47.809**

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: 3.3.1. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **a)** Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. **b)** Títulos disponíveis para venda - são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". **c)** Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. **3.3.2. Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082/2002, os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como: **a)** *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado. **b)** *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedge* contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge*, cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de *hedge*, não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002. **3.4. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 (seis) meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As operações de créditos cedidas com coobrigação são classificadas, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para classificação das operações de créditos registrados na carteira própria, sendo que essa provisão está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica "Outras obrigações - diversas". A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito, inclusive sobre as operações cedidas com coobrigação. **3.5. Despesas antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens", sendo representadas basicamente por comissões pagas aos correspondentes bancários sobre as contratações de operações de crédito. Dessa forma, essas comissões são registradas no ativo e, apropriadas ao resultado, simultaneamente quando se correlacionarem com as receitas decorrentes das operações de crédito que a originaram, tendo em vista os prazos dos contratos para as operações de crédito bancadas e, para as operações de créditos cedidas, as comissões são apropriadas no período em que são cedidas. **3.6. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou para ajuste ao valor de mercado. **3.7. Permanente:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data-base. Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado. O ativo imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas anuais determinadas em função do prazo de vida útil econômica estimado dos bens. As taxas médias de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. O ativo diferido é registrado pelo valor de custo. As amortizações são calculadas pelo método linear, de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total. Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 30 de junho de 2012 e 2011, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa. **3.8. Depósitos, captações no mercado aberto e, recursos de aceites e emissão de títulos:** São demonstrados pelos valores das obrigações e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço. **3.9. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço e nas operações pré-fixadas, pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **3.10 Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*):** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, o qual dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Administração testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período em que forem identificadas as eventuais perdas apuradas. As perdas reconhecidas até 30 de junho de 2012 em relação ao valor recuperável dos ativos estão registradas no balanço patrimonial na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa", dentro de "Outros Valores e Bens" no montante de R$ 15.488 (R$ - em 2011). **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240, e a contribuição social à alíquota de 15% calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. Os créditos tributários sobre as diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. **3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, o qual dispõe sobre provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. As provisões para passivos contingentes conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos trabalhistas, tributários ou cíveis, na qual a probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da Administração e de seus assessores legais. Tais provisões podem sofrer alterações no futuro devido a mudanças relacionadas ao andamento de cada processo. Os passivos contingentes cuja possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação desses passivos não seja provável, são divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2012 e 2011. **3.13. Partes relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações estão demonstradas na nota explicativa nº 22. **3.14. Resultado das operações:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de recebimento, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **3.15. Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

Composição	30/06/2012				30/06/2011
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	**499**	**252.224**	–	**252.723**	**47.354**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	499	5.200	–	5.699	–
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	225.024	–	225.024	47.354
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	–	22.000	–	22.000	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**3.721**	**21.655**	**3.473**	**28.849**	**–**
CDI - Pós	1.518	20.084	3.473	25.075	–
CDI - Crédito rural	2.203	1.571	–	3.774	–
Total	**4.220**	**273.879**	**3.473**	**281.572**	**47.354**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:

5.1. Títulos e valores mobiliários:

	30/06/2012			30/06/2011
Títulos para negociação - Carteira própria	**Valor de curva/ contrato**	**Ajuste a mercado**	**Total**	**Total**
Títulos Públicos Federais - Livres				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.198.669	11.819	1.210.488	2.519
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	105.095	37	105.132	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	–	–	–	21.971
Disponível para venda - Cotas de fundos - Carteira própria				
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	56.816	–	56.816	–
Disponível para Venda - Título de renda variável - Carteira própria				
Ações de companhias abertas	383.926	26.893	410.819	–
Disponível para Venda - Certificado de Recebíveis - Carteira própria				
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.999	–	2.999	–
	1.747.505	**38.749**	**1.786.254**	**24.490**

	30/06/2012			30/06/2011
Títulos para negociação - Vinculados a Operações compromissadas	**Valor de curva/ contrato**	**Ajuste a mercado**	**Total**	**Total**
Títulos Públicos Federais				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	560.837	20.675	581.512	47.450
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	–	–	–	5.101
	560.837	**20.675**	**581.512**	**52.551**

	30/06/2012			30/06/2011
Títulos para negociação - Vinculados a Prestação de Garantias	**Valor de curva/ contrato**	**Ajuste a mercado**	**Total**	**Total**
Títulos Públicos Federais				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	83.537	3.041	86.578	25.406
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	10.769	1.410	12.179	–
Títulos Privados				
Certificado de Depósito Interbancário	–	–	–	1.724
	94.306	**4.451**	**98.757**	**27.130**

a) Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de custódia (SELIC), e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. **b)** Os valores de mercado dos títulos foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou pelo fluxo de caixa futuro a valor presente das taxas divulgadas pela BM&FBovespa ou agentes de mercado, quando necessário. **c)** Os valores de mercado das ações de companhia aberta foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa. As ações de companhia aberta estão compostas por 3.447.999 ações da Vigor (VIGR3) totalizando R$ 19.998 e 64.812.729 ações da JBS (JBSS3) totalizando R$ 390.821. **d)** Os Certificados de Recebíveis Imobiliários referem-se à aquisição de CRI subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A. Estes papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela TR. **e)** As quotas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) estão contabilizadas pelo valor da quota divulgado pelos administradores dos fundos. O investimento em quotas subordinadas deve ser mantido em garantia da realização das parcelas de crédito cedidas aos fundos sem coobrigação. A remuneração das quotas subordinadas corresponde à parcela do lucro apurado nos respectivos fundos, após a alocação dos rendimentos estabelecidos no estatuto às quotas seniores e apropriação das demais despesas inerentes aos fundos. As quotas foram classificadas no Balanço em curto prazo, de acordo com o vencimento das carteiras de operações de crédito que o Conglomerado cedeu aos respectivos fundos.

	30/06/2012		30/06/2011	
Fundo de Investimentos	**EMA**	**MATONE**	**EMA**	**MATONE**
Saldo das quotas subordinadas - R$	38.278	18.538	–	–
Patrimonio líquido do fundo - R$	53.230	113.263	–	–
Quantidade de quotas subordinadas	9.074.820	11.788	–	–
Relação mínima exigida pelo regulamento:			–	
PL do fundo sobre valor das quotas seniores	117%	118%	0%	0%

5.2. Instrumentos financeiros derivativos: O Conglomerado realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às suas necessidades e as de seus clientes. A administração destes riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Estes instrumentos financeiros representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou, comprar ou vender instrumentos financeiros, nos termos e datas especificados nos contratos, ou ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros, tendo como finalidade reduzir a exposição a riscos nos respectivos mercados, bem como posições proprietárias e arbitragem. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo: **a)** Risco de crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor, onde a área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Conglomerado segue as definições da Resolução CMN nº 2.682/1999, permitindo a classificação de risco de toda a sua base de clientes. A concessão de crédito utiliza-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes. **b)** Risco de mercado: é a exposição

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Em Milhares de Reais)

criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. **c)** Risco de liquidez: é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. **d)** Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se custodiados, conforme o caso na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP) e na Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa).

	30/06/2012				30/06/2011	
Descrição	**Custo - Valor a receber/ (a pagar)**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Total**	**Valor referencial dos contratos**	**Curva - Ajuste ao mercado**	**Valor referencial dos contratos**
Compra/Venda de NDF a receber/(pagar)	78	(1.120)	(1.042)	44.863	(42)	65.669.636
Contratos de opções a receber/(pagar)	–	–	–	–	(1.575)	62.457.640
Contratos de Swap a receber/(pagar)	455	49	504	12.164	293	430.739
Contratos no mercado futuro a receber/(pagar)	–	–	–	246.022	–	1.349.942
	533	**(1.071)**	**(538)**	**303.049**	**1.324**	**129.907.957**

Os ajustes a pagar e a receber em D+1 nos montantes de R$ 2.655 (R$ 865 em 30 de junho de 2011), respectivamente, referentes a contratos no mercado futuro de boi gordo, milho, DI, dólar e índice futuro da BM&F foram registrados no balanço patrimonial na rubrica "Negociação e intermediação de valores". O valor notional das operações de futuros em 30 de junho de 2012 é de R$ 2.495.621 (2011 - R$ 1.349.942). Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros (BM&FBovespa), foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R$ 98.757 (2011 - R$ 27.130), representados por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN).

Resultado com instrumentos financeiros derivativos			**30/06/2012**	**30/06/2011**
	Receita	**Despesa**	**Resultado**	**Resultado**
Swap	1.266	(1.812)	(546)	(1.474)
Opções	576	(135)	441	(81)
NDF	2.372	(3.241)	(869)	(130)
DI	642	(255)	387	6.836
DDI	876	(1.242)	(366)	1.277
BGI	187	(34)	154	(621)
Moedas	2.090	(2.754)	(664)	(2.014)
Índice	136	(592)	(456)	–
Milho	5	(37)	(32)	–
Dólar	–	(394)	(394)	–
Mercado Futuro	462.086	(239.960)	222.125	–
	470.236	**(250.456)**	**219.780**	**3.793**

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:
6.1. Composição por produto:

	30/06/2012	**30/06/2011**
Empréstimos	**900.341**	**460.180**
Adiantamento a depositantes	1	–
Cheque especial	20	66
Conta corrente garantida	25.315	22.146
C.P.R.	412.519	379.256
Capital de giro	188.694	58.712
C.C.B.	135.761	–
Empréstimo Consignado	138.032	–
Outros Financiamentos	**85.798**	**6.445**
Financiamento Imobiliário	14.926	–
Financiamento Habitacional	12.131	–
Financiamentos à produção para exportação	50.806	6.445
C.C.I.	7.935	–
Total da carteira de crédito	**986.140**	**466.625**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(41.988)**	**(11.636)**
	944.151	**454.989**

6.2. Composição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por nível de risco:

	A Vencer	**Vencido**	**Carteira**	**Provisões 2012**	**Provisões 2011**
AA	47	–	47	–	–
A	635.096	–	635.096	3.175	2.088
B	65.970	24.052	90.022	900	30
C	177.642	37.202	214.844	6.447	949
D	9.300	3.296	12.596	1.259	286
E	23	2.261	2.284	685	129
F	17	2.195	2.212	1.106	–
G	110	1.968	2.078	1.455	6.784
H	4.960	22.001	26.961	26.961	1.370
	893.165	**92.975**	**986.140**	**41.988**	**11.636**

	2012	**2011**
Saldo Inicial	**186.792**	**696**
Constituição	35.995	8.568
Transferências	–	2.854
Reversão	(5.540)	(482)
Baixa Prejuízo	(175.259)	–
Saldo final	**41.988**	**11.636**
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Saldo Inicial	47.289	–
Reversão	(29.534)	–
Constituição	–	–
Saldo Final	**17.755**	–
Provisão para outros créditos	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Saldo inicial	7.428	–
Constituição	30	–
Reversão	(4.388)	–
Saldo Final	**3.070**	–

A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica "Outras obrigações - diversas". Os créditos recuperados no semestre totalizaram um valor de R$ 38.817 (2011 - R$ 1.110) e não houve renegociação no período. No semestre o volume da carteira cedida sem coobrigação, com instituições financeiras, representa o valor futuro de R$ 1.822.166 (2011 - R$ 231.279 cedidos para fundos e instituições financeiras). O saldo da carteira cedida com coobrigação em 30/06/2012 representa R$ 308.816 (2011 - R$ 1.221.061).

6.3 Resultado Operações de Crédito

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Rendas operações de crédito - Carteira Própria	228.774	43.037
Resultado Cessão (a)	(14.119)	–
Recuperação de prejuízo	25	2.891
Total	**214.680**	**45.928**

(a) Refere-se ao resultado líquido da cessão, representado por R$43.653 de resultado de cessão deduzido das reversões de provisões para créditos cedidos com coobrigação no valor de R$ 29.534 (Nota 6.2).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS: 7.1. Outros créditos - diversos

Composição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Impostos e contribuições a compensar	25.043	–
Impostos a compensar Ficrisa (a)	4.799	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	159.997	6.075
Valores a receber de correspondentes bancários (b)	11.074	–
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 22)	1.214	–
Devedores para depósito em garantias	5.120	–
Adiantamentos diversos	862	–
Devedores por compra e valores e bens	615	–
Títulos e créditos a receber	2.998	–
Convênios	2.783	–
Diversos	6.296	25
	220.805	**6.100**

a) Impostos e contribuições diversos a compensar - Esse montante refere-se principalmente ao PIS (Programa de Integração Social) e à COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais. b) Esse montante refere-se principalmente a valores de contratos de empréstimos consignados originados em desacordo com as normas estabelecidas pelo Conglomerado e a valores de empréstimos liquidados pelo cliente, onde os valores foram depositados em juízo pelo correspondente.

8. CARTEIRA DE CÂMBIO: Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 30 de junho de 2012 e 2011.

	30/06/2012	**30/06/2011**
Ativo - Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	192	233
Direitos sobre vendas de câmbio	195	212
	387	**445**
Passivo - Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	194	232
Obrigações para compras de câmbio	193	235
	387	**467**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias", respectivamente.

9.1. Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:

Créditos fiscais diferidos	**1º Semestre 30/06/2012**	**1º Semestre 30/06/2011**
Saldo inicial	**302.748**	**4.245**
Constituições	5.763	4.141
Reversões	(148.514)	(2.311)
Saldo final	**159.997**	**6.075**
Débitos fiscais diferidos	**1º Semestre 30/06/2012**	**1º Semestre 30/06/2011**
Saldo inicial	**125.170**	**–**
Constituições	27.691	705
Reversões	(125.412)	–
Saldo final	**27.449**	**705**

9.2. Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:

Ativos fiscais diferidos	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Prejuízo fiscal	237.603	–
Crédito de imposto de renda sobre prejuízo fiscal - 25%	**59.401**	**–**
Base negativa de contribuição social	237.663	–
Crédito de contribuição social sobre base negativa - 15%	**35.649**	**–**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.987	11.636
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	17.755	–
Provisão para reclamatórias trabalhistas	4.815	–
Provisão para despesas administrativas	6.554	1.506
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	3.070	–
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	15.487	–
Provisão para fundo de Investimento em direitos creditórios	9.155	–
Ajustes futuros - DI e DDI	25.655	1.895
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(1.193)	(88)
Perdas em operações de crédito	34.389	18
Outras diferenças temporárias	1.710	–
Total de diferenças temporárias	159.384	14.967
Crédito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	**39.846**	**3.742**
Crédito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	**23.908**	**2.245**
Ajustes futuros - DI e DDI	25.655	1.895
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	**25.655**	**1.895**
Alíquota de PIS e COFINS	4,65%	4,65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	**1.193**	**88**
Total do ativo fiscal diferido	**159.997**	**6.075**
Circulante	54.728	5.422
Longo prazo	105.269	653

9.3. Composição do passivo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:
Consolidado

Passivos fiscais diferidos	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Diferenças temporárias:		
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	35.911	1.647
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	26.893	–
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado - 4,65%	(2.920)	(76)
Ajustes Futuro - DI e DDI	1.345	–
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	(63)	–
Total de diferenças temporárias	61.166	1.571
Débito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	**15.291**	**393**
Débito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	**9.175**	**236**
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos diponíveis para venda	26.893	–
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	35.911	1.647
Ajustes Futuro - DI	1.345	–
Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS	**64.149**	**1.647**
Alíquota de Pis e Cofins	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	**2.983**	**76**
Total do passivo fiscal diferido	**27.449**	**705**
Circulante	**27.449**	**705**

9.4. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:
Consolidado

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Exercício de 2011	–	5.422
Exercício de 2012	54.727	653
Exercício de 2013	44.206	–
Exercício de 2014	16.994	–
Exercício de 2015	16.994	–
Exercício de 2016	16.994	–
Exercício de 2017	10.082	–
Totais	**159.997**	**6.075**
Estimativa de realização do passivo fiscal diferido	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Exercício de 2011	–	705
Exercício de 2012	27.449	–
Totais	**27.449**	**705**
Valor líquido de realização dos impostos diferidos	**132.548**	**5.370**

O valor presente do ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2012, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R$ 109.635 (R$ 4.962 em 2011).

9.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	**30/06/2012**		**30/06/2011**	
	Imposto de Renda	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação	**282.859**	**282.859**	**8.414**	**8.414**
Resultado de participações em coligadas e controladas	(5.386)	(5.386)	408	408
Outras diferenças permanentes	9.865	9.692	(221)	(225)
Base de cálculo	**287.338**	**287.165**	**8.601**	**8.597**
Contribuição social - 15%	–	(43.075)	–	(1.292)
Imposto de renda - 25% (deduzido dos incentivos)	(71.707)	–	(2.100)	–
Total de imposto de renda e contribuição social	**(71.707)**	**(43.075)**	**(2.100)**	**(1.292)**

10. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS: 10.1. Empresas nas quais o Conglomerado possui investimentos - 10.1.1. Controladas do Banco Original - a) Matone Promotora Ltda. (Promotora): Constituída em 23 de setembro de 1997, tem como objeto social a prestação e a promoção de serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, que lhe outorgarem mandatos especiais, promovendo o seu controle, organização de cadastro de informações, cobranças extrajudiciais e outras atividades correlatas; representação comercial em comissão; e atividades de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos *call center*.

	Matone Promotora Ltda. 30/06/2012
Capital social	112.933
Lucro (Prejuízo) acumulado	(1.201)
Lucro líquido do semestre	9.083
Patrimônio líquido	**120.815**
Participação	99.99%
Situação dos Investimentos	
Saldo no início do semestre	102.697
Aumento de capital	8.547
Resultado equivalência patrimonial	9.082
Saldo de investimento no semestre	**120.326**

Em 29 de fevereiro de 2012, o conglomerado concluiu a alienação do seu investimento na Bem-Vindo, que gerou uma despesa de equivalência patrimonial de R$ 3.392. A diferença de R$ 485 entre o patrimônio líquido da Promotora e o saldo do investimento que o Banco possui nesta empresa, refere-se ao deságio na aquisição de quotas ocorrida em julho de 2011. **10.1.2. Controladas do Banco Original do Agronegócio: Original Negócios Agropecuários Ltda. -** A principal atividade da Original Negócios Agropecuários Ltda. (nova denominação social da JBS Negócios Agropecuários Ltda.) é a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Foi constituída em 21 de agosto de 2009 e teve seu capital integralizado em 2 de outubro de 2009. **Original Investimentos Imobiliários Ltda. -** Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Pecus Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios. Em 21 de maio de 2012 a denominação social da Pecus Administradora de Recursos Ltda. foi alterada para Original Investimentos Imobiliários Ltda. O capital social da Empresa passou de R$100.000 representado por 100.000 quotas no valor de R$ 1,00 cada para R$ 20.100.000 com a emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio. O objeto social passou a ser o investimento em imóveis e direitos sobre empreendimentos imobiliários comerciais ou residenciais, mediante compra e venda de imóveis e a exploração de aluguéis dos imóveis de propriedade da Sociedade. A Original Investimentos Imobiliários Ltda. ainda não entrou em operação, sendo que o referido capital social encontra-se "a integralizar" na data de 30 de junho de 2012. **Forsix Administradora de Recursos Ltda. -** Em 26 de março de 2011 o Banco tornou-se controlador da Forsix Administradora de Recursos Ltda., via aquisição de 99,99% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na prestação de administração e gestão de carteira de valores mobiliários e administração de fundos para pessoas físicas ou jurídicas. Em 23 de abril de 2012 foi vendida a totalidade da participação do Banco para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda., pelo preço acordado de R$ 659. A venda gerou um lucro na alienação de investimentos no valor de R$ 88 registrado na rubrica "Resultado não Operacinal". **Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda. -** Em 15 de setembro de 2011 o Banco tornou-se investidor da Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda., via aquisição de 23,07% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio.

	Original Negócios Agropecuários Ltda. 30/06/2012	**Forsix Administradora de Recursos Ltda. 30/06/2012**	**Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda. 30/06/2012**	
Capital social	100	1.524	2.223	
Prejuízo do semestre	(12)	(82)	(885)	
Prejuízo acumulado	(48)	(865)	(604)	
Reserva de lucro	99	–	–	
Patrimônio Líquido	**139**	**577**	**734**	
Participação (%)	99,99%	99,99%	23,75%	
Situação dos investimentos				
Saldo no início do semestre	151	653	373	
Resultado da equivalência patrimonial	(12)	(82)	(209)	
Alienação de participação societária	–	(571)	–	
				Total
Saldo final do semestre	**139**	**–**	**174**	**313**

Em 30 de junho de 2011, o Banco possuía participação de 99,99% nas empresas: Original Negócios Agropecuários Ltda., Original Investimentos imobiliários Ltda. (em fase pré-operacional, com capital a integralizar) e Forsix Administradora de Recursos Ltda. representando um saldo na rubrica de investimentos de R$ 805 e resultado de equivalência patrimonial no semestre de R$ 408.

11. OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO:
Imobilizado

				30/06/2012	**30/06/2011**
	Taxa de depreciação	**Imobilizado custo**	**Depreciação acumulada**	**Imobilizado líquido**	**Imobilizado líquido**
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.267	(600)	667	27
Sistema de comunicação	10%	881	(295)	586	93
Sistema de processamento de dados	20%	10.769	(6.035)	4.734	943
Sistema de segurança	10%	68	(25)	43	4
Instalações	10%	288	(37)	251	–
Sistemas de transporte	10%	552	(383)	169	–
		13.825	**(7.375)**	**6.450**	**1.067**

12. DIFERIDO:

				30/06/2012	**30/06/2011**
	Taxa de amortização	**Diferido custo**	**Amortização acumulada**	**Diferido líquido**	**Diferido líquido**
Gastos de organização e expansão	20%	8.382	(5.518)	2.864	4.054
		8.382	**(5.518)**	**2.864**	**4.054**

13. DEPÓSITOS:
Classificação e Vencimento

					30/06/2012	**30/06/2011**
Depósitos	**Sem vencimento**	**Até 90 dias**	**de 91 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total**	**Total**
Depósito a vista	5.549	–	–	–	5.549	1.988
Depósito a prazo - CDB e DPGE	–	72.403	195.805	409.470	677.678	189.052
Depósitos interfinanceiros	–	35.521	15.259	–	50.780	–
	5.549	**107.924**	**211.064**	**409.470**	**734.007**	**191.040**

O Conglomerado realiza operações com CDB, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA e entre 80% e 115% do CDI; e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,6% a.a. e 14,77% a.a. Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas entre 100% e 104% do CDI; e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 130% do CDI.

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS:

				30/06/2012	**30/06/2011**
	Até 180 dias	**de 181 a 360 dias**	**acima de 360 dias**	**Total**	**Total**
Letras de Crédito do Agronegócio	174.387	71.062	34.172	279.621	258.350
	174.387	**71.062**	**34.172**	**279.621**	**258.350**

O Conglomerado realiza operações com LCAs - Letras de Créditos do Agronegócio, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA; e entre 50% e 110,50% do CDI. Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,98% a.a. e 13,02% a.a.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES: ***a. Fiscais e previdenciárias -*** Compõem-se de: provisão para imposto de renda R$ 37.078 (2011 - R$ 2.879), provisão para contribuição social R$ 22.305 (2011 - R$ 1.760), provisão para Cofins a recolher R$ 1.358 (2011 - R$ 284), provisão para PIS a recolher R$ 221 (2011 - R$ 47), provisão para impostos e contribuições diferidos R$ 27.449 (2011 - R$ 705), e outros impostos e contribuições a recolher R$ 2.840 (2011 - R$ 607). ***b. Diversas -*** Compõem-se de: publicações R$ 185 (2011 - R$ 185), serviços de terceiros R$ 128 (2011 - R$ 130), outras despesas administrativas R$ 1.513 (2011 - R$ 102), fundo garantidor de crédito R$ 1.030 (2011 - R$ 289), provisão para PLR R$ 2.379 (2011 - R$ 700), R$ 3.312 de gastos com reestruturação (2011 - R$ -), R$ 4.815 (2011 - R$ -) de contingências trabalhistas (Nota 16), Provisão de Férias e 13° Salários R$ 2.443 (2011 - R$ 1.499) INSS s/Férias e 13° Salário R$ 682 (2011 - R$ 423), FGTS s/Férias e 13° Salários R$ 153 (2011 - R$ 120), provisão cessão com coobrigação créditos cedidos R$ 16.861 (2011 - R$ -), provisão de cessão para crédito sem coobrijação - créditos cedidos. R$ 9.155 (2011 - R$ -), cessão de crédito a liquidar FIDC´s R$ 5.155 (2011 - R$ -), recebimentos a ressarcir demais convênios R$ 7.059 (2011 - R$ -), cessão de venda Banrisul a liquidar R$ 37.453 (2011 - R$ -), cessão de crédito a liquidar R$ 30.095 (2011 - R$ -), contingências cíveis R$ 693 (2011 - R$ -) e outras R$ 3.700 (2011 - R$ 178).

16. PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES: Em 30 de junho de 2012, o Conglomerado possuía contingências trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis no montante de R$ 4.815 (2011 - R$ -), para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R$ 2.716 (2011 - R$ -). Para contingência civil com probabilidade de saída de recursos provável o Conglomerado possui o montante de R$ 997 (2011 - R$ -) para os quais foram efetuados depósitos judiciais para sua totalidade. Em 30 de junho de 2012 e 2011 o Banco possui apenas ação ativa de natureza tributária para a qual foram efetuados depósitos judiciais no mês de junho de 2012 no montante de R$ 1.400 (2011 - R$ -). O Conglomerado possui o montante de R$ 93.903 (2011 - R$ -) de contencioso cível com probabilidade de saída de recursos "possíveis" para o qual não foi constituída provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: ***Capital social -*** Em 30 de junho de 2012 o capital social de R$ 2.098.620 (2011 - R$ 101.212) de domiciliados no País, é representado por 618.913.037 de ações ordinárias e 18.913.036 preferenciais, todas sem valores nominais, totalmente subscritas e integralizadas. ***Reservas de Lucro -*** Compõem-se de reserva legal no valor de R$ 1.553 (2011 - R$ 639) que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente. ***Ajuste de Avaliação Patrimonial -*** O registro do valor de mercado das ações de companhia aberta foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa. Tais ações encontram-se classificadas como "títulos disponíveis pra venda", havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no Patrimônio Líquido, considerando os efeitos tributários no valor de R$ 15.385. (2011 - R$ -).

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Aluguéis	3.790	143
Comunicações	2.324	213
Processamento de dados	5.390	716
Propaganda/publicidade e relações públicas	1.935	507
Serviços do sistema financeiro (a)	96.928	968
Serviços de terceiros	3.188	142
Serviços técnicos especializados	26.197	1.766
Transportes e viagens	1.871	562
Depreciações e amortizações	1.916	852
Atualização de tributos	328	4
Taxas e emolumentos	136	3
Outras	7.373	420
	151.376	**6.296**

(a) os valores de serviços do sistema financeiro em 30 de junho de 2012 e 2011 referem-se principalmente a despesas com comissões e bônus pagos a correspondentes bancários.

19. DESPESAS DE PESSOAL:

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Remuneração	11.608	6.174
Benefícios	2.466	611
Encargos Sociais	4.624	2.317
Honorários	1.182	–
Outras	69	30
	19.949	**9.132**

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS:

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
ISS	515	19
Cofins	20.502	1.242
PIS/Pasep	3.331	202
Outros	303	32
	24.651	**1.495**

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:
DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Despesa de cessão de operação de crédito	(37.935)	–
Prejuízo em renegociação de dívida	(7.470)	–
Perdas c/créditos incobráveis	(1.420)	–
Outras	(84)	(60)
	(46.909)	**(60)**

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Recuperação de crédito baixado p/ prejuízo	38.792	2.891
Recuperação de encargos e despesas	16	357
Rendas de garantias prestadas	58	105
Reversão de outras despesas operacionais	–	580
Outras rendas operacionais	614	12
	39.480	**3.945**

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009.

	30/06/2012		**30/06/2011**	
	Ativo/ (Passivo)	**Receita/ (Despesa)**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receita/ (Despesa)**
Valores a Receber de Pessoas Ligadas				
Original Negócios Agropecuários Ltda.	35	(35)	25	(119)
Matone Promotora Ltda.	302	302	–	–
J&F Participações Financeiras Ltda.	835	835	(1.014)	–
	1.172	**1.102**	**(989)**	**(119)**
Títulos de Renda Variável				
S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	19.998	–	–	–
JBS S.A.	390.821	23.745	–	–
	410.819	**23.745**	**–**	**–**
Recursos de Aceites Cambiais, LIs, LHs, Debêntures e Similares				
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	(106)	(6)	–	–
Matone Promotora Ltda.	(1.875)	(85)	–	–
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(9)	(1)	(2)	(5)
	(1.990)	**(92)**	**(2)**	**(5)**
Provisões para Pagamento a efetuar				
JBS S.A.	–	–	(11)	(329)
	–	**–**	**(11)**	**(329)**
Depósito a Vista				
JBS S.A.	(104)	–	–	–
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(15)	–	(7)	–
J&F Participações Financeiras Ltda.	(1)	–	–	–
J&F Participações S.A.	(1)	–	–	–
Matone Promotora Ltda.	(1)	–	–	–
	(122)	**–**	**(7)**	**–**
Depósito a Prazo				
J&F Participações S.A.	(119)	(1)	–	–
Matone Promotora Ltda.	(6.378)	(171)	–	–
	(6.497)	**(172)**	**–**	**–**
Benefícios de Curto Prazo				
Pessoal chave da administração	–	(1.068)	–	–
Outras partes relacionadas	–	–	–	(825)
	–	**(1.068)**	**–**	**(825)**

Remuneração dos Administradores - Benefício pós-emprego - O Conglomerado não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

23. LIMITES OPERACIONAIS: O Conglomerado encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução CMN n° 2.099/1994 e legislação complementar. Em 30 de junho de 2012, o índice de Basiléia é de 69,40% para o Conglomerado ((14,59%) em 30 de junho de 2011 para o Banco Original do Agronegócio S.A.).

24. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS: Em 30 de junho de 2012, os avais de fianças concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R$ 28.509 (2011 - R$ 17.594) e coobrigação em cessões de créditos em R$ 577.241 (2011 - R$ 1.221.061) pelas taxas das cessões.

25. SEGUROS: O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2012 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R$ 222.652 (2011 - R$ 282.588) e as despesas apropriadas no semestre findos em 30 de junho de 2012, atingem o montante de R$ 2.269 (2011 - R$ -). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

26. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. O Comitê de Gestão de Riscos composto por membros da Alta Administração é o órgão máximo responsável pela deliberação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos. A identificação, a apuração, o monitoramento e o reporte dos riscos são realizados por unidade específica que dispõe de uma equipe de especialistas, atuando de maneira independente das unidades de negócio (segregação de funções). Em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no *website*: www.bancooriginal.com.br. **26.1. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway*. O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de um sistema de registro de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a este risco sejam identificados e reportados aos responsáveis pelo seu gerenciamento. **26.2. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição. O Conglomerado possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, baseadas nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte. As principais ferramentas utilizadas para a gestão do risco de mercado são: *VaR (Value at Risk), Duration*, Análise de sensibilidade (PV01), Testes de Estresse e *Backtests*. **26.3. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. O Conglomerado gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000. Os métodos utilizados para a gestão do risco de liquidez são: Análise do Fluxo de Caixa, *Gap* de Liquidez, Teste de Aderência e Testes de Estresse. **26.4. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o Conglomerado considera risco de crédito "a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". O gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração. Para cada tipo de carteira de crédito são analisados os níveis de concentração e as taxas de inadimplência, e atribuídas provisões de crédito adequadas.

DIRETORIA

Emerson Fernandes Loureiro
Diretor Presidente

Fernando Abe Ohara
Diretor Vice-Presidente

Adão Carlos de Araújo
Diretor

José Antonio Marinho Neto
Diretor

CONTADOR

José Eduardo Tobaldini Jardim
Diretor Vice-Presidente - Contador - CRC - 1SP221191/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas das
Instituições Financeiras do "**Conglomerado Financeiro Original**"
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do **Conglomerado Financeiro Original** (Conglomerado - Nota 1), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Financeiro Original em 30 de junho de 2012, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 15 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

continua

CONSOLIDADO

Passivos fiscais diferidos	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Diferenças temporárias:		
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	35.911	1.647
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos diponíveis para venda	26.893	–
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado - 4,65%	(2.920)	(76)
Ajustes Futuro - DI e DDI	1.345	–
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	(63)	–
Total de diferenças temporárias	61.166	1.571
Débito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	**15.291**	**393**
Débito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	**9.175**	**236**
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos diponíveis para venda	26.893	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	35.911	1.647
Ajustes Futuro - DI	1.345	–
Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS	**64.149**	**1.647**
Alíquota de Pis e Cofins	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	**2.983**	**76**
Total do passivo fiscal diferido	**27.449**	**705**
Circulante	**27.449**	**705**

CONSOLIDADO

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Exercício de 2011	–	5.422
Exercício de 2012	54.727	653
Exercício de 2013	44.206	–
Exercício de 2014	16.994	–
Exercício de 2015	16.994	–
Exercício de 2016	16.994	–
Exercício de 2017	10.082	–
Totais	**159.997**	**6.075**
Estimativa de realização do passivo fiscal diferido	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Exercício de 2011	–	705
Exercício de 2012	27.449	–
Totais	**27.449**	**705**
Valor líquido de realização dos impostos diferidos	**132.548**	**5.370**

O valor presente do ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2012, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R$ 109.635 (R$ 4.962 em 2011).

6.3 Resultado Operações de Crédito

Descrição	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Rendas operações de crédito - Carteira Própria	228.774	43.037
Resultado Cessão (a)	(14.119)	-
Recuperação de prejuízo	25	2.891
Total	**214.680**	**45.928**

(a) Refere-se ao resultado líquido da cessão, representado por R$43.653 de resultado de cessão deduzido das reversões de provisões para créditos cedidos com coobrigação no valor de R$ 29.134 (Nota 6.2).

continua